



COMPANHIA PAULISTA DE FOR
CNPJ/MF: N.º 33.050.196/0001-88 - NIRE 1



JUCESP PROTOCOLO

510299/04-0

EXTRATO DA 333ª REUNIÃO DO CONSELHO

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2004



- I. Data, Hora e Local:** 26 (vinte e seis) dias do mês de MAIO de 2004, às 14h30 minutos, na sede da CPFL Energia S.A., situada na Rua Ramos Batista, n.º 444, 13º andar, São Paulo/SP.
- II. Mesa:** **Presidente**, Sr. Carlos Ermírio de Moraes e **Secretário**, Sergio de Britto Pereira Figueira.
- III - Convocação:** Os conselheiros foram previamente convocados por correspondência eletrônica
- IV - Presenças:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração ("CA").
- V - Deliberações Tomadas:** (I) **elegeram**, por unanimidade e em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 14 do Estatuto Social, os Senhores **CARLOS ERMÍRIO DE MORAES**, para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, e **JOILSON RODRIGUES FERREIRA**, para ocupar o cargo de Vice-presidente do Conselho de Administração; (II) **aprovaram**, por unanimidade de votos, a Ata da 332ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.04.04; (III) **aprovaram**, por unanimidade de votos, a contratação da empresa CONEPLAN – Construções Elétricas e Planejamento LTDA, para executar Serviços Contínuos de Construção e Manutenção Programada de Linhas e Redes de Distribuição de Energia Elétrica, Urbanas e Rurais (CCM) e de Serviços Técnicos Comerciais (STC) para o lote 02 (Regiões de Jaú, Bauru, Botucatu, e Marília), ao custo de R\$9.634.352,00 (nove milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais), nos termos da Resolução nº 2004068; (IV) **aprovaram**, com abstenção de voto dos senhores conselheiros Aloísio Macário Ferreira de Souza, Deli Soares Pereira, Joilson Rodrigues Ferreira e Rosa Maria



COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CNPJ/MF: N.º 33.050.196/0001-88 - NIRE N.º 353.000.437-31

Said, a emissão de debêntures simples, para subscrição pública, da 2ª emissão da Companhia, com as seguintes características e condições (as "Debêntures" e a "2ª Emissão"):

(a) Valor Total da Emissão: O valor total da 2ª Emissão será de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais);

(b) Número de Séries: A 2ª Emissão será realizada em duas séries;

(c) Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de julho de 2004 (a "Data de Emissão");

(d) Quantidade de Títulos: Serão emitidas o limite máximo de 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures. Após o procedimento de *bookbuilding*, a ser conduzido para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de *Bookbuilding*") serão definidas, de acordo com as condições de mercado à época da colocação, o valor e o número de debêntures a ser alocado em cada uma das séries da Emissão, observado o limite de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). As Debêntures a serem alocadas à 1ª série serão identificadas como "Debêntures da 1ª Série" e aquelas alocadas à 2ª série "Debêntures da 2ª Série";

(e) Valor Nominal Unitário: As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário");

(f) Conversibilidade: As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia;

(g) Forma: As Debêntures serão nominativas escriturais;

(h) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária;

(i) Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos, a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 1º de julho de 2009 ("Data de Vencimento");

(j) Remuneração: (a) As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, equivalentes a um determinado percentual de até 111% (cento e onze por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (a "CETIP") no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional (os "Juros Remuneratórios da 1ª Série" e a "Taxa DI"). Os Juros Remuneratórios da 1ª Série serão definidos no



COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CNPJ/MF: N.º 33.050.196/0001-88 - NIRE N.º 353.000.437-31

Procedimento de *Bookbuilding*; (b) As Debêntures da 2ª Série farão jus à remuneração incidente sobre o Valor Nominal Unitário, atualizado com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGPM"), de até 10,25% (dez vírgula vinte e cinco centésimos por cento) ao ano (os "Juros Remuneratórios da 2ª Série" e, em conjunto com os Juros Remuneratórios da 1ª Série, os "Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão definidos no Procedimento de *Bookbuilding* (k) **Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios:** (i) Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, e serão pagos sempre nos dias 1º de julho e 1º de janeiro de cada ano (cada uma, "Data de Pagamento de Juros da 1ª Série"), sendo a primeira Data de Pagamento de Juros da 1ª Série em 1º de janeiro de 2005; (ii) Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão devidos anualmente, a partir da Data de Emissão, e serão pagos sempre no dia 1º de julho de cada ano (cada uma, "Data de Pagamento de Juros da 2ª Série" e, em conjunto com Data de Pagamento de Juros da 1ª Série, "Data de Pagamento de Juros"), sendo a primeira Data de Pagamento de Juros da 2ª Série em 1º de julho de 2005. A atualização das Debêntures da 2ª Série pelo IGPM será pago na Data de Vencimento; (l) **Amortização:** não haverá amortização, sendo que o pagamento integral do principal será pago na Data de Vencimento; (m) **Juros Moratórios e Multa:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures da 2ª Emissão, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) os respectivos Juros Remuneratórios fixados; (ii) multa convencional de 2% (dois por cento); e (iii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados "*pro rata temporis*", desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Companhia; (n) **Vencimento Antecipado:** O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da escritura da 2ª emissão da Companhia ("Escritura de Emissão") e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário em circulação, atualizado nos termos do item (j) acima, desde a Data de Emissão ou da última Data de



COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CNPJ/MF N.º 33.650.196/0001-88 - NIRE N.º 353.000.437-31

Pagamento de Juros até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses: (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia e/ou suas subsidiárias em valor superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento, pela Companhia, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (b) pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela Companhia e/ou por suas Controladas; (c) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Companhia e/ou de suas Controladas; (d) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, pela Companhia, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (e) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de vencimento original; (f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia previstas na Escritura de Emissão; (g) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (h) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Companhia é titular nos termos do Contrato de Concessão de Distribuição n.º 014/1997, celebrado pela Emissora e pela União Federal em 20.11.1997; e (i) não observância pela Companhia dos seguintes Índices e Limites: (a) a relação entre EBITDA e Despesas Financeiras, maior ou igual a 1,5 vez até 2007 e, maior ou igual a 2,0 vezes a partir de 2008, inclusive; e (ii) em relação à Capitalização Total, o nível de Capital Próprio será de no mínimo 40%, enquanto o nível de Capital de Terceiros será de no máximo 60%, definidos de acordo com a Escritura de Emissão.; **(o) Resgate Antecipado Facultativo:** a partir do 36º (trigésimo



COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CNPJ/MF N.º 33.050.196/0001-88 - NIRE N.º 353.000.437-31

sexto) mês a contar da Data de Emissão, inclusive, a Companhia poderá resgatar antecipadamente as Debêntures da 1ª Série em circulação, mediante deliberação do Conselho de Administração e publicação, com antecedência mínima de 15 dias, de aviso aos debenturistas informando a data e o procedimento de resgate. O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios da 1ª Série devidos até a data do pagamento das Debêntures da 1ª Série resgatadas, e de prêmio equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o saldo a ser resgatado. Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, o resgate será realizado por meio de sorteio e será coordenado pelo Agente Fiduciário. Não haverá resgate antecipado pela Companhia das Debêntures da 2ª Série. **(p) Condições de Subscrição e Forma de Integralização:** O preço de subscrição das Debêntures é o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional; **(q) Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões), com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures serão registradas (a) para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro (“ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP; e (b) para negociação no mercado secundário no (i) Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e/ou (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”), que tem por agente de custódia e de liquidação a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLIC. As Debêntures da 2ª Série somente serão colocadas após a colocação das Debêntures da 1ª Série e/ou após o cancelamento do saldo não colocado; **(r) Local de Pagamento:** Os pagamentos dos rendimentos a que fazem jus as Debêntures e/ou amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP e/ou



COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CNPJ/MF N.º 33.050.196/0001-88 - NIRE N.º 353.000.437-31

CBLC, conforme o caso. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou CBLC terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário; (s) **Delegação de Poderes:** a Diretoria fica autorizada a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de coordenar a colocação pública das Debêntures, contratar os serviços de agente fiduciário das Debêntures, banco mandatário, agência de classificação de risco, entre outros, bem como a celebrar a escritura de emissão das Debêntures, assinar todos os documentos, e, ainda, praticar todos os atos necessários para este fim, particularmente a obtenção de prévia anuência da ANEEL.

VI - Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos Conselheiros presentes e pelo Secretário da Mesa. (a. a.) Carlos Ermírio de Moraes, Joilson Rodrigues Ferreira, Otávio Carneiro de Rezende, Mário da Silveira Teixeira Junior, Cid Alvim Lopes de Resende, Luiz Maurício Leuzinger, Carlos Alberto Cardoso Moreira, Francisco Caprino Neto, Aloísio Macário Ferreira de Souza, Rosa Maria Said, Delí Soares Pereira, Susana Hanna Stiphan Jabra, Luiz Carlos de Souza e Sergio de Britto Pereira Figueira - Secretário.

Declaro que o presente é extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2004.


Sergio de Britto Pereira Figueira
Secretário

